

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 20º andar, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 33.042.730/0001-04, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), sob o NIRE 35300396090, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 5ª (quinta) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Siderúrgica Nacional (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 12 de julho de 2011 ("RCA"), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Oferta Restrita”).

2.1.2. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da RCA

A ata da RCA que deliberou a Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, de acordo com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Inscrição desta Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente,

ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, respectivamente, e desde que a Emissora esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Objeto Social da Emissora

Nos termos de seu estatuto social, constitui objeto social da Emissora a fabricação, transformação, comercialização, inclusive a importação e exportação de produtos siderúrgicos e dos subprodutos derivados da atividade siderúrgica, bem como a exploração de quaisquer outras atividades correlatas e afins, que direta ou indiretamente digam respeito às finalidades da Emissora, tais como: indústrias de mineração, de cimento e de carboquímicos, fabricação e montagem de estruturas metálicas, construção, transporte, navegação atividades portuárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

A presente Emissão representa a quinta emissão para distribuição pública de Debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$1.150.000.000,00 (Um bilhão e cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão, conforme abaixo definido (“Valor Total da Emissão”).

3.3. Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão e da Oferta Restrita, após a dedução dos descontos previstos, de comissões de distribuição e despesas estimadas a serem pagas pela Emissora, serão destinados integralmente para o financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Emissora.

3.5. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 115 (cento e quinze) Debêntures.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário da presente Emissão será o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e o agente escriturador das Debêntures será a **Itaú Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador").

3.7. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, a documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação do **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 2041 e 2235 – Bloco A, inscrita no CNPJ/MF sob nº

90.400.888/0001-42, na qualidade de coordenador líder da Oferta Restrita (“Coordenador Líder”), sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do “Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 5ª (Quinta) Emissão da Companhia Siderúrgica Nacional”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme abaixo definidos.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”).

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

4.1.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição previsto nesta Cláusula.

4.1.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa com todos os termos e condições (“Declaração do Investidor Qualificado”).

4.1.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto aos interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização do preço das Debêntures no mercado secundário.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de julho de 2011 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures e Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão, será de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), observado o disposto no subitem (ii) do item 4.1.3.1., acima.

4.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado por qualquer índice.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão simples, portanto, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriurador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia, não gozando os Debenturistas de preferência em relação aos demais credores quirografários da Emissora, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.6. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data de efetiva integralização das Debêntures.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela CETIP.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de julho de 2019 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização

4.8.1. A amortização do Valor Nominal Unitário será realizada em 3 (três) parcelas anuais, a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão, sendo devida a primeira parcela no dia 20 de julho de 2017 e as demais nas datas indicadas na tabela abaixo ("Data de Amortização das Debêntures"):

Datas e Porcentagens de Pagamento de Principal		
1ª parcela	20 de julho de 2017	33,3%
2ª parcela	20 de julho de 2018	33,3%
3ª parcela	Data de Vencimento	33,4%

4.9. Remuneração

4.9.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 110,80% (cento e dez inteiros e oitenta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI -

Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada “Taxa DI over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP (“Taxa DI”), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data da Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando-se o cronograma de pagamento da Remuneração descrito no item 4.9.2. abaixo (“Remuneração”), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J Valor da Remuneração, devida nos termos do item 4.9.1 acima, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme o caso (conforme definição no item 7.7 abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI Produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

n_{DI} Número total de Taxas DI-Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

k Corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n_{DI}

p Percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI-Over, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente a 110,80% (cento e dez inteiros e oitenta centésimos por cento);

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI-Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

1) O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

2) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4) As Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.2. A Remuneração será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, nas datas indicadas na tabela abaixo (cada data de pagamento de Remuneração, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

Datas de Pagamento de Remuneração	
1ª) 20 de outubro de 2011	17ª) 20 de outubro de 2015
2ª) 20 de janeiro de 2012	18ª) 20 de janeiro de 2016
3ª) 20 de abril de 2012	19ª) 20 de abril de 2016
4ª) 20 de julho de 2012	20ª) 20 de julho de 2016
5ª) 20 de outubro de 2012	21ª) 20 de outubro de 2016
6ª) 20 de janeiro de 2013	22ª) 20 de janeiro de 2017
7ª) 20 de abril de 2013	23ª) 20 de abril de 2017

8ª) 20 de julho de 2013	24ª) 20 de julho de 2017
9ª) 20 de outubro de 2013	25ª) 20 de outubro de 2017
10ª) 20 de janeiro de 2014	26ª) 20 de janeiro de 2018
11ª) 20 de abril de 2014	27ª) 20 de abril de 2018
12ª) 20 de julho de 2014	28ª) 20 de julho de 2018
13ª) 20 de outubro de 2014	29ª) 20 de outubro de 2018
14ª) 20 de janeiro de 2015	30ª) 20 de janeiro de 2019
15ª) 20 de abril de 2015	31ª) 20 de abril de 2019
16ª) 20 de julho de 2015	32ª) 20 de julho de 2019

4.9.3. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures em Circulação ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.9.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k, a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.9.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, na impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pela taxa substituta determinada legalmente para tanto ou, em sua falta, pela taxa que for adotada pela CETIP como substituta da Taxa DI, ou, em sua falta o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser aplicado, observada a regulamentação aplicável. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas

quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 4.9.5. acima ou, caso instalada, não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas titulares de Debêntures representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Taxa DI deverá ser substituída pela taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

4.9.6.1. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de divulgação, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Resgate Antecipado

4.11.1. Resgate Antecipado Facultativo

4.11.1.1. A Emissora reserva-se o direito de, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures em Circulação mediante envio de notificação ao Agente Fiduciário e publicação de “Aviso aos Debenturistas” (em conjunto, a “Comunicação de Resgate Antecipado”) com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data efetiva do resgate (“Resgate Antecipado Facultativo”). A data de Resgate Antecipado Facultativo deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil.

4.11.1.2. A Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá conter as seguintes informações: (i) a data em que o Resgate Antecipado Facultativo será realizado; (ii) se o Resgate Antecipado Facultativo será realizado de forma total ou parcial e, se for parcial, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações; (iii) o cálculo a ser utilizado para obtenção do valor a ser pago aos titulares de Debêntures a título de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos do item 4.11.1.3. abaixo; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

4.11.1.3. O Resgate Antecipado Facultativo será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, acrescido de prêmio correspondente a (a) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate aqui tratado, caso o resgate ocorra a partir do 12º (décimo segundo) mês, exclusive, e antes do decurso do prazo do 72º (septuagésimo segundo) mês, inclusive, contados da Data de Emissão, ou seja, entre 20 de julho de 2012, exclusive, e 20 de julho de 2017, inclusive; e (b) 0,10% (dez centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate aqui tratado, conforme o caso, caso o resgate ocorra após o decurso do prazo de 72 (setenta e dois) meses, exclusive, a contar da Data de Emissão, ou seja, a partir de 20 de julho de 2017, exclusive, até a Data de Vencimento (“Prêmio”).

4.11.1.4. Caso o Resgate Antecipado Facultativo seja efetuado pela Emissora antes do decurso do prazo de 12 (doze) meses a contar da Data de Emissão, ou seja, até 20 de julho de 2012, inclusive, não será devido pela Emissora aos Debenturistas qualquer valor a título de Prêmio.

4.11.1.5. O cálculo de que trata o item 4.11.1.3. acima será realizado pela Emissora e sua memória será encaminhada ao Agente Fiduciário para, caso este esteja de acordo, validação antes de ser realizada a Comunicação de Resgate Antecipado.

4.11.1.6. Na hipótese de resgate parcial das Debêntures, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis.

4.11.1.7. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.11.2. Resgate Antecipado Obrigatório

4.11.2.1. Na ocorrência de fusão, incorporação (aplicável quando a Emissora for a incorporada) ou cisão da Emissora, poderá a Emissora assegurar aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação da(s) ata(s) da(s) assembléia(s) geral(is) relativa(s) à operação, o resgate antecipado obrigatório das Debêntures de que forem titulares, sem que seja devido qualquer Prêmio pela Emissora e sem que a Emissora incorra em qualquer penalidade pelo resgate antecipado obrigatório, sem prejuízo do disposto no item 4.11.2.4. abaixo (“Resgate Antecipado Obrigatório” e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo, simplesmente, “Resgate Antecipado”).

4.11.2.2. Na hipótese prevista no item 4.11.2.1. acima, a Emissora deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da publicação da(s) ata(s) da(s) assembléia(s) geral(is) relativa(s) à operação, notificar o Agente Fiduciário e efetuar publicação de “Aviso aos Debenturistas” (em conjunto, a “Comunicação de Hipótese de Resgate Antecipado”), informando acerca da aprovação da operação, bem como o prazo final e forma para manifestação dos Debenturistas que desejarem o resgate das Debêntures de que forem titulares, nos termos do item 4.11.2.1. acima.

4.11.2.3. Os Debenturistas que desejarem o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures de que forem titulares, deverão notificar a Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário dentro do prazo previsto na Comunicação de Hipótese de Resgate Antecipado.

4.11.2.4. O Resgate Antecipado Obrigatório será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, sem qualquer pagamento de Prêmio ou penalidade pelo Resgate Antecipado Obrigatório.

4.11.2.4.1. Caso a solicitação de Resgate Antecipado não abranja a totalidade das Debêntures em Circulação, o pagamento deverá ocorrer por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, apuração, e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar

outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.11.3. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado serão canceladas pela Emissora.

4.11.4 A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência com ciência do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data da realização do Resgate Antecipado.

4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. São considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures em Circulação e a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme aplicável, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos, a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

- I. inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Distribuição, incluindo o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, da Remuneração, dos encargos moratórios ou qualquer outro encargo devido, não sanado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- II. inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária, prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Distribuição, que não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento de comunicação por escrito neste sentido do Agente Fiduciário ou de qualquer dos Debenturistas;
- III. decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira (pecuniária) da Emissora e/ou qualquer de suas controladas consolidadas, inclusive no exterior, cujo valor individual seja igual ou superior ao equivalente em moeda corrente nacional a US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de

dólares dos Estados Unidos da América), não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de tal decretação de vencimento antecipado;

- IV. se a Emissora sofrer protesto de títulos cujo valor somatório seja equivalente em moeda corrente nacional a, no mínimo, US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiro; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo;
- V. inadimplemento de decisão judicial transitada em julgado, que represente obrigação líquida e certa de pagamento, proferida contra a Emissora, cujo valor individual seja igual ou superior ao equivalente em moeda corrente nacional a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), desde que não sanado no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data determinada para pagamento de referida condenação;
- VI. (a) requerimento de falência da Emissora, sem que haja contestação e/ou, se aplicável, o depósito elisivo no prazo legal; (b) propositura de plano de recuperação extrajudicial pela Emissora a quaisquer de seus credores; ou (c) ingresso pela Emissora ou terceiros em juízo com pedido de recuperação judicial da Emissora, desde que o processamento do mesmo seja deferido pelo juiz;
- VII. fusão, incorporação (aplicável quando a Emissora for a incorporada) ou cisão da Emissora, exceto se: (a) a operação tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou de, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação quando se tratar de fusão ou incorporação da Emissora na Vicunha Siderurgia S.A, Vicunha Aços S.A. ou Vicunha Steel S.A., ou outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (b) observado o disposto nos itens 4.11.2.1. e 4.11.2.2. desta Escritura de Emissão, tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação da(s) ata(s) da(s) assembléia(s) geral(is) relativa(s) à operação, o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde da Data de Pagamento da

Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, sem que seja devido qualquer Prêmio pela Emissora e sem que a Emissora incorra em qualquer penalidade pelo Resgate Antecipado Obrigatório;

- VIII. caso a Emissora deixe de ter por objeto a exploração de atividade siderúrgica e suas atividades correlatas, e desde que tal alteração afete adversamente a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Distribuição; e
- IX. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

4.12.2. Ocorrendo o Evento de Inadimplemento previsto no inciso VI do item 4.12.1. acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

4.12.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não seja aquele previsto no inciso VI do item 4.12.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido abaixo.

4.12.4. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas referida acima os Debenturistas detentores de, no mínimo, maioria simples das Debêntures em Circulação determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures. Caso este quorum não seja atingido, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e deverá enviar imediatamente à Emissora e à CETIP comunicação escrita informando tal acontecimento.

4.12.5. Adicionalmente, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto no item 4.12.6. abaixo.

4.12.6. Observado o disposto neste item 4.12., em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a pagar o Valor Nominal Unitário de cada Debênture ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida no item 4.12.2. acima ou da comunicação referida no item 4.12.4. acima, conforme o caso, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13 desta Escritura de Emissão.

4.13. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, juros moratórios à razão de 2% (dois por cento) ao mês.

4.14. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.13. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou encargos moratórios, previstos no item 4.13. acima, a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.15. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seus procedimentos, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por

meio do Agente Escriturador das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

4.16. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas e que decorram de exigência legal, deverão ser veiculados no (i) no DOESP e (ii) no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação. As demais publicações que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, mas não decorram de exigência legal, poderão ser veiculadas somente no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação. A Emissora poderá alterar os jornais acima por jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, observado o disposto na cláusula 4.19 abaixo.

4.18. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado observado o disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, conforme aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

4.19. Aditamento a presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão, previamente aprovados pela Assembleia Geral de Debenturistas, deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCESP.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação em vigor, enquanto o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) manter válidas e eficazes todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição e ao cumprimento de todas as obrigações previstas nos referidos documentos;
- (b) fornecer ao Agente Fiduciário: (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário; (ii) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos perante a JUCESP; e (iii) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCESP, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos;
- (c) informar o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador e a CETIP sobre a realização de qualquer pagamento antecipado das Debêntures, com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- (d) manter livros de registro contábeis adequados, nos quais lançamentos completos e corretos sejam feitos de todas as negociações e operações relativas a seus respectivos negócios e atividades;
- (e) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o SND, arcando com os respectivos custos;
- (f) contratar e manter contratados, conforme aplicável, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de

Emissão, incluindo o Agente Fiduciário o Banco Mandatário e o Agente Escriturador, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (SDT) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);

- (g) efetuar (i) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário; e (ii) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (h) notificar, prontamente, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembléia Geral de Debenturistas;
- (i) convocar, imediatamente, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, nos termos da legislação aplicável à Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- (j) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- (k) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima: (i) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; (ii) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM; (iii) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na internet as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes; (iv) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no item (iii) em sua página na Internet; (v) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação; (vi) divulgar, em sua página na internet, a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal fato relevante imediatamente ao Coordenador Líder; e (vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM n.º 28”);
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) esta Escritura de Emissão constitui obrigação lícita, válida, eficaz e vinculante do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos; e

- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$9.000,00 (nove mil reais), sendo a primeira devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento. Os honorários previstos neste item serão reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão
- (b) adicional, em caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado: (i) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, sendo tal adicional devido 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatórios de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures, para os fins deste item, os eventos relacionados à alteração: (i) dos prazos para pagamento (ficando esclarecido que os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures); e (ii) condições de vencimento antecipado; e
- (c) no caso de celebração de aditamentos a Escritura de Emissão, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.

6.4.1. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, como a assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.4.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência (neste caso, no evento de improcedência na ação movida contra a Emissora) em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas.

6.4.2.1. Caso o inadimplemento da remuneração do Agente Fiduciário não seja sanado pela Emissora em até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento das respectivas parcelas de remuneração, a referida remuneração será cobrada diretamente dos Debenturistas, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do envio, pelo Agente Fiduciário, de notificação neste sentido, sendo certo que os valores devidos serão rateados entre os Debenturistas, observada a proporção entre a quantidade de Debêntures detida por cada Debenturista e o total de Debêntures em Circulação.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas da Emissora dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer às Assembléias Gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações exigidas pelo inciso XVII da Instrução CVM 28, no que aplicável;
- (m) calcular diariamente, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (l) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM; e
 - (iv) na sede do Coordenador Líder.
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (r) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora

de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e

- (s) divulgar as informações referidas na alínea “k”, do inciso XVII, do artigo 12 da Instrução CVM 28 em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanados nos prazos previstos no item 4.12. acima, conforme aplicáveis:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.12. desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.12. acima por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação.

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com o disposto nesta Escritura de Emissão e também conforme as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais

prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM n.º 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.8. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.9.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.9.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.9.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a

Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.9.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento desta Escritura de Emissão, que deverá ser inscrito nos termos do item 2.3.

6.9.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos das demais publicações da Emissora.

6.9.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembléia Geral de Debenturistas”).

7.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas, dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos do item 4.17. acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a

presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

7.6. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures em Circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos representantes do Agente Fiduciário ou àqueles que forem designados pela CVM.

7.11. Exceto os quoruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura de Emissão, as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.12. As alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração, exceto na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos itens 4.9.4 a 4.9.6. acima, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; ou (iv) as hipóteses de vencimento antecipado, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações societárias e/ou regulatórias necessárias à celebração da presente Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição e ao cumprimento de todas as obrigações neles previstas e à realização da Emissão e da Oferta Restrita, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Emissora que assinam a presente Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. a presente Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição e as obrigações neles previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes da presente Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição de que é parte, e não ocorreu e não existe ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- VI. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- VII. todas as informações escritas fornecidas até a Data de Emissão pela Emissora ou em seu nome ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em relação a presente Escritura de Emissão e ao Contrato de Distribuição não contêm qualquer informação falsa ou enganosa em qualquer aspecto relevante ou deixam de informar qualquer fato relevante necessário para fazer com que as informações neles contidas, em vista das circunstâncias em que foram prestadas, não sejam enganosas, estando entendido para fins deste inciso que projeções quanto a acontecimentos futuros não devem ser consideradas declarações de fato; e

- VIII. as informações prestadas e fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, realizadas nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser sempre feitos por escrito, e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 20º andar São Paulo - SP

At.: Sr. Srs. Alberto Monteiro / Ubiratan Paes

Telefone: (11) 3049-7553 / (11) 3049-7170

Fac-símile: (11) 3049-7480

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, sala 205

Rio de Janeiro - RJ

At.: Gustavo Dezouart Teixeira Pinto

Telefone: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

Para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela

São Paulo – SP

CEP: 04309-010

At.: Claudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fac-símile: (11) 5029-1920

Para o Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela

São Paulo – SP
CEP: 04309-010
At.: Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1910
Fac-símile: (11) 5029-1920

Para a CETIP

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
São Paulo – SP
CEP: 01452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, observado que a parte que não cumprir com esta obrigação será responsável pelos prejuízos que der causa.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das partes da presente Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras respectivas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.3. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.4. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.5. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, na JUCESP serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.6. Qualquer alteração a presente Escritura de Emissão, previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

CLÁUSULA ONZE – DA LEI E DO FORO

11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 12 de julho de 2011

Página de assinaturas do “Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Siderúrgica Nacional.”

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Página de assinaturas do “Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Siderúrgica Nacional.”

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Nome:

Cargo:

Página de assinaturas do “Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Siderúrgica Nacional.

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: